

DE EXPANSÃO PECUÁRIA A TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL POSITIVA NA REGIÃO DOS COCAIS – O CASO DO ASSENTAMENTO CAXIRIMBU EM CAXIAS – MA.

Luciana Batista Lima* & Maria Dione Carvalho de Moraes**

RESUMO:

O presente artigo se origina de pesquisa de cunho predominantemente qualitativo realizada no Assentamento Caxirumbu localizado no município de Caxias-MA, com vistas à apreensão da sua sustentabilidade nas dimensões econômica e socioambiental. A pesquisa para dissertação de mestrado (LIMA, 2007) foi realizada no âmbito do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Rede PRODEMA, da Universidade Federal do Piauí. Dados os limites desse artigo, privilegia-se, aqui, as mudanças na dinâmica de utilização do ambiente natural promovido pelo modo de vida da população que constitui o Assentamento.

Palavras-Chave: transformação ambiental – região dos cocais –assentamentos rurais

Introdução:

O Assentamento Rural Caxirumbu, localizado na zona rural de Caxias – MA, na região de contato entre a Zona dos Cocais e do Bioma Cerrado, então dentro de área sob tensão ecológica o que faz com que a definição ecossistêmica da área investigada seja privilegiadamente diversa, sendo que o domínio de babaçuais faz com que fique conhecida como Região dos Cocais. No que tange às várias definições sobre a situação ecossistêmica da área, ressalta-se que existe estudo na intenção propor a inserção de parte do Maranhão no Semi-Árido brasileiro, através de 45 municípios, dentre estes Caxias. O estudo realizado pela Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, juntamente com a Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA, analisa características climáticas, sociais e econômicas semelhantes àquelas que prevalecem nas zonas semi-áridas já estabelecidas no Brasil.

Dados os limites desse artigo, privilegia-se, aqui orientar os olhares para o desgaste ambiental sofrido no início dos anos de 1980, promovido por um chamado desenvolvimento econômico da região, quando áreas utilizadas pelas populações camponesas para práticas agroextrativistas foram “transformadas” em área de monocultura de cana-de-açúcar, eucalipto e expansão da pecuária bovina, promovendo grande devastação da vegetação nativa e, por conseguinte, enfocar a promoção de uma transformação ambiental positiva realizada pelas

* Engenheira Agrimensora, mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/TROPEN/UFPI. Consultora em desenvolvimento humano e agroecologia – SEBRAE - PI. E-mail: luciana0308@gmail.com

** Socióloga, doutora em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP, professora no DCS/CCHL/UFPI; no Mestrado de Políticas Públicas/CCHL/UFPI, e no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/TROPEN/UFPI. E-mails: mdione@superig.com.br; mdione@uol.com.br

famílias assentadas acontecida a partir da inserção das novas formas de uso e ocupação da terra por estes atores, desde o momento de sua chegada à área, o que aponta para princípios de sustentabilidade.

II – Sobre o povoamento da Região dos Cocais e história social de Caxirumbu: fazendeiros e “pernambucanos” X camponeses/as

Para tentar compreender a trajetória das famílias assentadas atualmente no Assentamento Caxirumbu, antiga Fazenda Caxirumbu, localizada na área rural do município de Caxias - MA, faz-se necessário nuances de uma reconstrução histórica sobre a ocupação deste município que ocorre em fins do século XVII e sua “predisposição” para exploração pecuária.

A criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará pelo Marquês de Pombal, vem impulsionar o desenvolvimento no aspecto econômico da região, já que tem como objetivos principais, revitalizar as fontes produtoras de riqueza, incrementar a produção e o consumo de gêneros tropicais nos mercados europeus e assim valorizar a terra economicamente. Sob o ponto de vista social, a instalação da Companhia foi marcada pela implementação de mão-de-obra escrava, como base desse desenvolvimento. Com a proposta de incentivar e melhorar a produção agrícola da região, é responsável pela entrada de cerca de 10.000 escravos, em 20 anos de funcionamento, braços usados no incremento da cultura do arroz e algodão, principais produtos de exportação. Analisando-se numa perspectiva da relação humana com a natureza, já se verifica uma grande mudança socioeconômica e como consequência vem transformar a paisagem física e cultural das áreas atingidas pelo agrarismo incentivado pela Companhia.

Em se tratando da ocupação e povoamento da Região dos Cocais, também conhecida como sertões maranhenses - região em que se insere o Assentamento Caxirumbu, Socorro Cabral (1992) apresenta a tese sobre a formação da identidade dos sertões maranhenses não a partir da corrente povoadora vinda do litoral, com suas invasões, com a cultura da cana e do algodão. Para esta autora, o avanço do povoamento seria resultante da implantação das fazendas de gado, oriundas do interior do São Francisco e que se espalharam pelos sertões a partir de 1730. Protagonistas de verdadeiras disputas de terras com as tribos indígenas que ocupavam as áreas, vaqueiros e criadores vinham em busca de pasto para os seus rebanhos. Ao contrário da ocupação através de incentivos públicos, a ocupação pastoril era patrocinada por iniciativa dos próprios boiadeiros, como eram conhecidos os proprietários das fazendas.

Para situar a área chamada de sertões dos Pastos Bons ou sertões maranhenses, a autora se refere à obra de Francisco de Paula Ribeiro em seu “Roteiro de viagem que fez o Capitão Francisco de Paula às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás em 1815”. Na descrição de Francisco de Paula, Caxias servia como limite tanto na “primeira parte” da Capitania que ia do litoral até esta cidade, como quando se seguia para a “segunda parte”, do sul de Caxias até as nascentes do Parnaíba, Balsas e Manoel Alves Grande. A primeira parte da Capitania em crescente evolução, graças a produção de algodão¹, que demandava mais de 200.000 escravos. A segunda metade alavancaria diante da atividade criatória ou pastoril, usando de menos de 1000 escravos (CABRAL, 1992). Vê-se então que Caxias, situada entre as duas atividades e mais que limite entre as duas partes, funcionava como elo de ligação entre os dois comércios, a partir do rio Itapecuru, principal responsável pelo escoamento de seus produtos e percebe-se a predisposição da área para a exploração pastoril desde aquele momento.

Vale lembrar que a expansão açucareira não deixa de aparecer como um dos fatores responsáveis pela expansão da pecuária. O gado era utilizado como meio de transporte e de força motriz nos engenhos, como alimento para a população que ocupava as fazendas de açúcar e seu entorno, desde os escravos aos proprietários e era vasta a utilização do seu couro na fabricação de objetos domésticos tais como cadeiras, bancos, vestimentas e utensílios para os vaqueiros.

Entretanto, diante das particularidades da dinâmica que envolvia os dois tipos de exploração, a açucareira e a pecuária, o pastoreio tende a se distanciar dos engenhos. Isso porque a agroindústria se tornara a principal fonte de renda da colônia. Qualquer outra atividade que desviasse mão-de-obra, terra e capital poderia vir a atrapalhar este desempenho. Ainda levanta-se a possibilidade de que diante dos desgastes do solo sofridos através do seu uso tanto pela atividade açucareira quanto pela própria pecuária, - sob o ponto de vista ambiental uma das mais degradantes – buscava-se novas áreas férteis para exploração. Coutinho (2005), quando se refere à ocupação da região em que está situada Caxias, atualmente, lembra que os sertanistas que partiram do sul e leste do Brasil na segunda metade do século XVIII, avançam pelos sertões do Piauí, atravessam o Rio Parnaíba chegam ao curso médio do Itapecuru, instalando-se em Caxias atraídos pela oportunidade oferecida por seus solos férteis, próprio para o cultivo de arroz, milho, feijão e algodão e pela disponibilidade de uma farta pastagem natural para a criação de gado². Este modelo³ se mantém fortalecido até final do século XIX e início do século XX, com a

decadência do sistema monocultor-exportador, gerado pela economia colonial, quando têm-se a formação de um campesinato originado pela libertação dos escravos, tanto nas áreas de litoral como nas áreas da Baixada do Golfo Maranhense com as famílias camponesas dedicadas à agricultura de aprovisionamento (GODOI, 1998, MORAES, 2000), com base no trabalho familiar, cultivando em terras do próprio latifúndio. O proprietário volta-se, basicamente, para a pecuária extensiva, tirando o restante de sua renda do aforamento da terra ao campesinato e da comercialização do babaçu, coletado pela unidade familiar camponesa.

À luz do mote nacional, são criadas empresas pelo governo estadual como a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), em 1971, responsável pelas alienações de terras, seguindo um plano de ocupação racional e ordenado de terras, a grupos econômicos, interessados em implantar unidades agropecuárias que disporiam de áreas para projetos e ainda para o assentamento de famílias. Assim, a Comarco, com o apoio de dispositivos legais como a Lei nº 2.979 de 17 de julho de 1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, e da política de incentivos fiscais no mesmo período, beneficiou grupos agropecuários que obtiveram lucros com processos desapropriatórios de grandes áreas transferidas a seus patrimônios. (BRASIL, 1997).

Desta forma é que grupos agroempresariais dos Estados de Pernambuco e de Alagoas se sentem atraídos para se instalarem na região do leste maranhense, nas cidades de Aldeias Altas, Coelho Neto e Caxias, especificamente na área em que se situa atualmente o Assentamento Caxirimbu, em relação ao qual a reação do empresário pernambucano Aníbal de Freitas aconteceu diante a grande área de pasto já existente e a grande área que teria disponível para expansão.

Assim, é a partir dos anos de 1980, quando ocorre a efervescência da grilagem de terras no Maranhão, que podem ser notados os maiores movimentos de luta pela posse da terra em Caxias. As terras férteis e providas de pastos de boa qualidade da área rural do município são alvo de negociações com empresários rurais do Estado de Pernambuco que instalam fazendas-empresas na região para o plantio de eucalipto, cana-de-açúcar e criação de gado. Em 1989, quando se registrava grande concentração fundiária na Região dos Cocais e a massiva presença de latifúndios por exploração⁴, ocorrem oferta de terras, que se dão, mais por meio de apropriação fraudulenta, do que através do mercado de terras como argumenta Maristela Andrade (1995). De fato, terras foram vendidas pelo Instituto de Terras Maranhense – ITERMA, em favor de grandes

grupos econômicos, com vistas a desenvolvimento do Estado, porém, sem levar em consideração seus ocupantes anteriores, populações que há várias gerações moravam, cultivavam e trabalhavam a terra.

Do ponto de vista ambiental, apesar de as empresas se comprometerem em desenvolver seus projetos dentro de um conjunto de atividades que garantissem o prevalecimento da perenização das florestas, evitando sua degradação exaustiva, isto não se consagrava já que empresas ligadas ao Grupo João Santos, promoviam, mediante decreto do próprio governo estadual, desmatamento a fim de implantarem projetos de celulose e cana-de-açúcar na área de Caxias, chegando a um total de 65 mil hectares de babaçuais (MAY apud ANDRADE, 1995). Em 1980, o então governador do Estado, assina um decreto, que protege os babaçuais exceto em áreas de implantação de projetos de desenvolvimento agrícola, protegendo na realidade, os grupos agroindustriais que, agora amparados, promovem destruição ambiental e expulsões através de incêndios em vários povoados na região de Caxias, atingindo populações tradicionais que viviam nas grandes propriedades.

E é dessa forma que, a partir da segunda metade do século XX, o Brasil passa por um intenso processo de transformação no seu tecido social. Capitaneado pelo “milagre econômico” e a “revolução verde” que ocorre a partir da década de 1970, tem início o processo de intensificação do capital e de elevação de produtividade no campo a chamada “modernização dolorosa” da agricultura (SILVA, apud GRAZIANO, 2004), momento em que acontece um grande êxodo rural. Assim, uma grande parcela da população passou por uma dinâmica de “desruralização” segundo Sachs (2004), que usa esse termo ao invés de urbanização, com uma percentagem da população urbana do país que em 1940 era de 31,2%, chegando em 2000 a 81,2% (PÁDUA, 2004)⁵.

Como parte do processo referido, é a partir dos anos de 1980, quando ocorre a efervescência da grilagem de terras no Maranhão, que podem ser notados os maiores movimentos de luta pela posse da terra em Caxias. As terras férteis e providas de pastos de boa qualidade da área rural do município são alvo de negociações com empresários rurais do Estado de Pernambuco que instalam fazendas-empresas na região para o plantio de eucalipto, cana-de-açúcar e criação de gado. Foi o início dos processos de demarcação e divisão das Datas São Joaquim, Santa Rosa, São José e Nossa Senhora da Conceição, esta última onde se situava o lugar

Caxirimbu. As negociações são feitas entre os fazendeiros proprietários e agroempresários. Segundo narrativas de antigos moradores, as terras pertenciam à Senhora Ana, conhecida pelos moradores como Donana, cujo sobrenome não foi identificado. Ao falecer, teve suas terras negociadas por seus herdeiros com Gérson Marreira, rico comerciante piauiense.

Este manteve as terras com a população lá estabelecida na condição de moradores/as – nos marcos de relações de patronagem-dependência (FORMAN,1979) cultivando a roça e negociando com os proprietários da fazenda parte da produção a preço conveniente ao proprietário.

Aqui era terra de morador. Você pagava renda pro dono. Ele cobrava renda. Como era que ele cobrava: o caboclo vendia o coco que quebrava pra ele, vendia o arroz que produzia na roça e a farinha. Não deixava sair nada e pagava renda. Só ele que comprava, né? Não queria que você vendesse nada pra fora, só pra ele. E se você vendesse, ele achava ruim. (...) Todo mundo só podia vender só pra “casa”, chamava-se assim. A “casa” compra tudo. Compra o coco, compra o arroz, compra a farinha, compra o milho. Compra o que produzir! Até no caso que se você que tinha um pé de laranja, eles queriam comprar até um pé de laranja. Não era pra tirar laranja pra vender, não. Elas, as laranjas, podia comer... mas na hora de vender, a “casa” comprava. Agora o preço era muito pouco... o povo não queria mais passar por isso. (José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo), 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA. [Aspas da autora].

Os moradores eram agregados dos donos da terra, pagavam renda, as mulheres quebravam coco e tinha uma quitanda lá, pra trocar mercadoria. E em cada uma dessas terras que extrema com o Caxirimbu o regime de trabalho era o mesmo. Parece que os fazendeiros planejavam juntos a mesma exploração dos moradores e se uma mulher quebradeira de coco saísse da terra do lugar Caxirimbu que era do senhor Janelinha e fosse quebrar lá na terra do Marreira, o agregado [responsável pela fazenda] ameaçava de matar as mulheres, expulsava, botava cachorro, pras mulheres não quebrarem coco lá, como que se a palmeira tivesse sido ele que plantasse. Por que a palmeira é uma planta nativa, né? Plantada por Deus pela natureza. Mas era expulsa dali, pra não quebrar um coco lá na outra terra. Eulina Moraes da Silva, 55 anos, líder sindical da época, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 20 de abril de 2006. Caxias, MA.

Com o falecimento de Marreira, os herdeiros negociaram as terras de Caxirimbu, aproveitando a oportunidade da chegada dos “pernambucanos” no início dos anos de 1980. O pernambucano interessado pela área foi o Sr. Aníbal de Freitas. Como o negócio não levava em conta a população moradora da região, acordou-se que a partir da compra, as terras negociadas deveriam ser desocupadas pelos/as moradores/as para dar espaço a novos usos e exploração dessas áreas.

A fazenda aqui foi comprada em oitenta e quatro [1984]. Na época, não era fazenda aqui. Só era mesmo as matas, os morador e as roças. Aí foi que começaram o desmatamento, sabe? Começaram plantar capim, comprar gado. Já era o Aníbal. Francisco das Chagas Santos, 43 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA). Em noventa e dois [1992], os pernambucanos já estavam firmados ali com sua fazenda ali no Caxirimbu com criação de gado. A gente passava, lamentava. Era só arame e gado e aquelas casinhas de telha onde tinha os capataz da fazenda lá dentro e de morador só umas poucas famílias que resistiram. As demais foram todas expulsas. Era só a fazenda.. sem ninguém... você passava de um lado

a outro era só arame e aquelas cabecinhas de gado branca lá dentro. (Eulina Moraes da Silva, 55 anos, em entrevista concedida Luciana B. Lima, em 20 de abril de 2006. Bairro Itapecuruzinho, Caxias, MA). “Pernambucanos⁶” foi como ficou conhecido o grupo agroempresarial que chegou à

região de Caxias. Os “pernambucanos” guiados pela expansão agrícola capitaneada por um acalorado discurso de desenvolvimento, como tratado anteriormente, foram responsáveis por um impulso no crescimento econômico da região até o início dos anos de 1990, quando o Grupo Costa Pinto, produtor de álcool hidratado, dá os primeiros sinais de dificuldade financeira e pede concordata em 1992, refletindo um processo de readaptação econômica da região.

Entretanto, foram responsáveis também, por um considerado quadro de degradação ambiental em toda a região, tendo substituído grandes extensões de mata virgem para o plantio da cana-de-açúcar, em Aldeias Altas e Coelho Neto; para o cultivo de eucalipto, na zona rural de Caxias, e para cultivo de pasto caso específico de Caxirimbu. Ali, apesar de já existir área cultivada anterior à chegada do “pernambucano”, houve grande expansão desta com a derrubada de parte do ecossistema natural e a substituição de utilização de área com excelentes resultados em termos de produção agrícola e extrativismo, para o uso exclusivo da pecuária.

Em se tratando da cidade de Aldeias Altas, localizada a 50 km de Caxias, também inserida na Região dos Cocais, o Grupo “pernambucano” Costa Pinto, chegou ao Maranhão em 1975 e a instalação da empresa coincidiu com o lançamento do Proálcool, programa com incentivos fiscais do governo federal para a produção de álcool carburante. No município de Coelho Neto - MA, o grupo empresarial João Santos instalou-se com duas indústrias: a Itapagé S.A - Celulose, Papéis e Artefatos e a Agrimex – Agroindustrial e Mercantil Excelsior e consegue se manter até atualmente, sendo que em 2005, a Itapagé S.A paralisa suas atividades para “uma fase de reestruturação tecnológica”, segundo a diretoria da empresa, resultando em demissão de mais de 50% dos funcionários. O grupo Ramires devastou grande área virgem do perímetro rural de Caxias às margens da BR – 316, no sentido de Teresina e reflorestou cultivando eucaliptos.

Partindo para a situação da Fazenda Caxirimbu, esta foi comprada pelo Sr. Aníbal de Freitas em 1984 e era uma fazenda de criação de gado administrada por seis empregados, sendo um “encarregado” e mais cinco vaqueiros. Encarregados era como eram chamados os homens de confiança dos proprietários das fazendas – os “pernambucanos” – e eram responsáveis pela administração destas, já que, a vinda dos proprietários à região ocorria no máximo duas vezes a cada ano. No caso de Caxirimbu, de acordo com narrativa de um dos ex-vaqueiros da fazenda,

que hoje é assentado, o senhor Aníbal veio de helicóptero apenas uma vez conhecer sua fazenda que, segundo narrativas locais, tinha aproximadamente 7.600 hectares e com mais de 6.000 cabeças de gado *vacum*, em sua época mais produtiva, ilustrando assim a extensão física e representação econômica da área em que se constituía Caxirimbu. A notícia da venda das terras de Caxirimbu ao pernambucano Aníbal de Freitas, chegou à população moradora como uma afronta e moradores/as se sentiram lesados/as com a perda de seu patrimônio. Algumas famílias resistiram, dispostas a permanecerem no local até às últimas consequências. O movimento organizado de trabalhadores/as rurais que havia se iniciado de forma tímida tomou fôlego e os “conflitos roça x gado” (ALMEIDA E MOURÃO, 1976, p. 24), assumiam proporções cada vez mais radicais, revelando a resistência camponesa ante a expropriação de suas condições materiais de existência e a ameaça à descontinuidade da reprodução familiar.

“Os fazendeiros, eles eram os ‘ditos’ donos... os grileiros de terra, compra uma área bem aqui, aí, dá aquele pulo e toma a terra lá na frente. É assim. Expulsou gente que tinha documento na mão. Verdadeiros donos e eles expulsaram. Botava o pessoal nas caçambas e vinham jogar aqui na Volta Redonda como que fosse não sei nem o quê. Era uma coisa horrível. (...) Nós levamos pra frente do palácio do bispo [zona urbana de Caxias - MA] mais de três mil lavradores. Uma multidão de gente e o vice-governador lá dentro, negociando com bispo, com fazendeiro, com cepetê [CPT], direitos humanos, mas não teve acordo. O resultado foi expulsão mesmo. Onde lá no Central lavrador comeu capim, pedaço de japonesa, [sandálias tipo havaianas] policiais de Caxias não deram conta pra expulsar eles, que eles estavam organizados na Central. O delegado [da época] precisou acionar a polícia do Entrocamento⁷, de Bacabal [município maranhense] de não sei de onde. Passaram foi ônibus aqui, cheio de policiais pra expulsar esses lavradores que tinha roça, melancia, produção pra abastecer o mercado. Foram expulsos, pelo lucro dos fazendeiros. Isso é uma verdade. Eulina Moraes da Silva, 55 anos, líder sindical da época, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 20 de abril de 2006. Caxias, MA. [Aspas da autora].

“Quando os “pernambucanos” chegaram, a história era essa: todo mundo que tava na área era pra sair. E saíram mesmo, expulsos. Eu sei que aqui ficou quatro moradores de resto. Esses quatro não queria sair. E a história que saiu na época é que eles [“pernambucanos”] mandaram queimar a casa deles [moradores]. E por isso que ela foi desapropriada, por que quando eles queimaram, foi quando o incra [INCRA] passou seis dias depois e viu as casas queimadas. Pegaram a relação [de moradores] levaram lá no comando do incra e ele botou pra ser desapropriada. Quem me disse foi a primeira equipe do incra que veio aqui depois que nós chegamos. Ela foi a primeira fazenda desapropriada. E só foi ela! Por que foram desapropriadas diversas propriedades, mas era de morador, já morava gente, e aqui não, era uma fazenda.” (José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo), 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA. [aspas da autora].

Dado o clima de tensão na área rural de Caxias nos anos de 1980, uma comissão formada por representantes do INCRA-DF, dos “pernambucanos”, de trabalhadores/as rurais e de entidades de apoio aos trabalhadores/as, como o Núcleo da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, a Central Única dos Trabalhadores-CUT e a CPT, busca firmar o primeiro acordo no processo de desapropriação das áreas em que se constituíam as Fazendas Caxirimbu e Rio Largo. No acordo, o INCRA determinava a delimitação de uma área rural “com

características da área antes ocupada (água, mata e babaçu)” (CPT, 1987, p. 1) para a instalação de 128 famílias, enquanto se definiam as questões da desapropriação das Fazendas Rio Largo e Caxirimbu. Pelo acordo, as famílias se estabeleceriam no local sem que viessem a sofrer mais ameaças. Assim, foram instaladas no lugar denominado Central, no 1º distrito⁸, que também pertencia ao grupo de fazendas. Mas em 22 de maio de 1986, trabalhadores/as rurais da área chegam à Superintendência do Incra Meio Norte, em São Luís, para entregar uma carta-denúncia de não-cumprimento do acordo por parte dos “pernambucanos” e o representante do Incra se compromete em contactar os pernambucanos e por um fim às ameaças.

Nesse meio tempo, o processo de vistoria – sob alegação de falta de recursos do órgão para a inspeção das áreas a serem desapropriadas – estava à mercê da lentidão dos trâmites burocráticos. Posteriormente o próprio superintendente do Incra ao deparar com os/as camponeses/as sem acesso ao canal em que se abasteciam de água do Rio Itapecuru – o qual teria sido fechado pelo encarregado da fazenda, a mando do proprietário em descumprimento ao acordo feito – transforma este fato em argumento na agilização do processo de desapropriação das fazendas. A situação de conflito amenizada mas não resolvida e a chegada dos anos de 1990 faz surgirem novas questões, algumas delas retomadas de anos atrás – como a necessidade de luta pela terra e o fortalecimento de atores sociais coletivos, como sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra–MST (ABRAMOVAY, 1994).

Entretanto, aos poucos, o movimento foi contido com contínuas repressões e expulsões e sobretudo com a conivência por poder público local da época que fazia passar despercebidas as ações compulsórias as quais as populações sofriam. Passaram-se quase seis anos, com a situação de conflito amenizada, mas não resolvida. A chegada dos anos de 1990 faz surgirem novas questões, algumas delas retomadas de anos atrás como a necessidade da luta pela terra e o fortalecimento de atores sociais coletivos, como sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST este, surgido no final dos anos 1980 (ABRAMOVAY, 1994).

Em Caxirimbu, com a neutralização das lutas e sem as famílias instaladas no local, a próspera fazenda de gado vai-se tornando referência no mercado, sendo fornecedora a outros grandes proprietários de fazendas de abate da Região dos Cocais. Funcionava com quatro vaqueiros e um encarregado, e assim permanecia até que entre os anos 1997 e 1998, surge por parte do “pernambucano” Aníbal de Freitas o interesse em negociar a Fazenda. Segundo Sr.

Simeão, ex-vaqueiro da Fazenda Rio Largo, a área estava se tornando improdutiva e inviável para o proprietário, fato resultante da diminuição das cabeças de gado. Isto pode ser analisado como falta de interesse do proprietário em continuar investindo a área, haja vista a quantidade de outras fazendas que possuía, segundo o Sr. Simeão. Assim, o pernambucano Aníbal de Freitas abriu falência, e partiu para a oferta e negociação com o INCRA como relata um camponês:

“A fazenda foi acabando o gado viu... abriu a falência. Aí, tava tudo parado né? Foi querer do fazendeiro mesmo... ele queria negociar com ele [INCRA]. Ele [Aníbal de Freitas], abriu falência, porque achou que não tava dando renda pra ele... aí, você sabe gente rico não que tomar prejuízo. Isso foi em noventa e sete [1997] pra noventa e oito [1998], que eles negociaram. Aí, foi o Antonio Queiroga [encarregado da fazenda] que chegou e contou: ‘– o incra hoje negociou o Caxirambu com o doutor Aníbal! A partir de hoje os moradores vão entrar aqui!’ Aí começou a entrar gente. Então foi um querer do fazendeiro mesmo. Ele que quis negociar com o incra. (Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirambu, Caxias, MA.)

Nesse percurso, em 1998, após receber comunicação sobre uma possível negociação da área por parte do INCRA, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caxias – STTR, realizou cadastro de famílias interessadas em se estabelecerem na área e mediante uma triagem, selecionou 186 famílias, que foram orientadas a realizar o primeiro processo de ocupação na região do 1º Distrito de Caxias e a área ocupada é Caxirambu. Neste intervalo de seis anos, as famílias que tinham sido expulsas da área rural, ou continuavam em situação precária na zona urbana da cidade⁹, ou estavam instaladas em outra área rural não atingida pelo processo de expulsão como, por exemplo, São Miguel, área limítrofe de Caxirambu e na Central, área negociada pelo INCRA no momento de maior tensão para que as famílias camponesas pudessem permanecer. Até a saída do Decreto de desapropriação da Fazenda Caxirambu, que aconteceu apenas no ano 2000, muitas famílias de outras áreas da zona rural e da zona urbana se instalam na área desapropriada, provocando um movimento migratório em sentido inverso ao que se constata normalmente: famílias inteiras rumando da zona urbana para a zona rural, em busca de um espaço para a reprodução familiar.

Apesar de orientado pelo STTR, o processo de ocupação pelo qual passou Caxirambu tomou corpo por si só e as famílias que chegaram à área, se instalaram buscando as formas de reprodução necessárias, instalando-se em local próximo aos corpos d’água (GODOI, 1998) e à estrada de acesso à zona urbana, experimentando a produtividade da terra, no sentido da produção agrícola, dentre outros. Estas se orientaram em direção ao Assentamento para constituírem suas casas e seus espaços. Apesar das intenções positivas, o Sindicato não priorizou

o engajamento das vinte ou trinta famílias participantes dos momentos de tensão que passaram na, então, Fazenda Caxirumbu. Durante a pesquisa, não se conseguiu identificar nenhuma família, das 206 assentadas que tenha participado deste embate. O que se identificou foram parentes ou filhos de trabalhadores rurais vítimas das expulsões.

Os primeiros anos foram considerados difíceis para as famílias que ocupavam a área. O processo iniciou-se em meados de maio de 1999, e as famílias passaram por muitas privações inclusive alimentar, já que chegaram à área fora do período ideal para o plantio e perderam oportunidades de cultivo. Na época foram, por curto tempo, contempladas com doações de alimentos em campanhas promovidas pelo sindicato até conseguirem se organizar em relação à local para cultivo da roça. Na espera das casas de alvenaria a serem construídas, que segundo o INCRA aconteceria imediatamente, construíram casebres de palha, frágeis, que desabavam facilmente, principalmente durante o período chuvoso. O decreto de desapropriação, ação acontecida por interesse particular do dono da Fazenda Caxirumbu, ocorreu apenas em 2000 e as primeiras casas de alvenaria, chegaram a partir do início de 2003.

III – Transformação ambiental positiva na Região dos Cocais: a contribuição de camponeses/as assentados/as de Caxirumbu através do seu modo de vida

Segundo o zoneamento geoambiental do Estado do Maranhão (BRASIL, 1997), o município de Caxias está caracterizado pela existência de chapadas, tabuleiros e depressão na área de tensão ecológica da savana ou floresta estacional. Na parte centro-leste do estado, esta região marca a transição dos climas úmidos para os semi-áridos, dominado os do tipo subúmido e semi-árido¹⁰. A respeito da flora local, Caxirumbu é cercada por grande área verde e densas matas de cocal com a presença de babaçuais, mas identifica-se a presença de várias espécies nativas entre as quais se destacam o caneleiro (*Lindockeria paraensis*), a maçaranduva ou maçaranduba (*Manilkara huberi*), ipê ou pau d'arco (*Tabebuia serratifolia*), aroeira (*Astronium sp*), sapucaia (*Lecythis usitata*), mirindimba (*Buchenavia sp.*). Além dessas espécies podemos identificar ainda a presença de cultura induzida de caju, tamarindo (*Tamarindus indica L.*) e manga (*Mangifera indica L.*).

Sobre as espécies animais silvestres, de acordo com depoimentos de assentado/as, podem ser encontradas cotia (*Dasyprocta agouti*), paca (*Agouti paca*), macaco-prego (*Cebus nigrivittatus*), veado (*Mazama americana*), gato do mato (*Leopardus tigrinus*), mucura (*Philander sp*), répteis como teiú (*Tupinambis teguixin*) e camaleões (*Chamaeleo chamaeleon*),

cobras como jibóia (*Boa constrictor*), cascavel (*Crotalus durissus terrificus*). Entre as aves têm destaque o nambu (*Crypturellus sp*), perdiz (*Rhynchotus rufescens*), jacu (*Penelope ochrogaster*). E espécies não definidas de macacos, tatus, papagaios.

Enfatizando que a área em que se encontra atualmente o Assentamento Caxirimbu era destinada quase exclusivamente para a atividade ganadeira, tanto que extensas áreas de babaçuais e vegetação característica do cerrado foram substituídas por currais para pastagem, contribuindo para a diminuição de exemplares de espécies características da região. O momento em que ocorre essa devastação é simultâneo à chegada dos pernambucanos na região na década de 1980, especificamente, com a compra da Fazenda Caxirimbu pelo Sr. Aníbal de Freitas, em 1984, uma vez que, antes, as famílias ali estabelecidas, na condição de moradoras de grandes fazendas voltadas para a pecuária, usufruíam das possibilidades proporcionadas pela terra dedicadas ao cultivo agrícola, ao extrativismo do babaçu e à sua comercialização na forma de azeite, amêndoa ou carvão, à criação de pequenos animais, e ao conjunto de práticas complementares necessárias à sobrevivência naquele contexto.

Nesse sentido, pode-se dizer que, atualmente, ao contrário do quadro anterior de utilização das áreas exclusivamente para a pecuária, a ação dos assentados de Caxirimbu tende a promover uma transformação ambiental positiva (LOPES E COSTA, in WHITAKER, 2002), a partir da inserção das novas formas de uso e ocupação da terra. A diversificação nos usos pode ser observada, em diversos níveis, nas culturas de arroz (*oryza sativa*), mandioca (*manihot esculenta crantz*), milho (*Zhea mays L.*), feijão (*phaseolus vulgaris L*) e urucum (*Bixa orellana L.*), no cultivo de plantas ornamentais, pequenos jardins, e mudas de caju (*Anacardiaceae occidentale L.*), manga (*Mangifera indica*) e acerola (*Malpighia glabra L*), com comercialização ainda que em pequena escala, sem dizer da criação de gado *vacum*, porcos (*sus domesticus*), galinhas (*Gallus bankiva*) e caprinos (*Capra hircus*) (Ver Anexos Quadros 1 e 2) e na atividade de pesca, para autoconsumo. Em estudos com populações que passaram por processo semelhante ao de Caxirimbu, observa-se que

A transformação ambiental observada foi expressa na forma de modelos significativos da realidade construídos em uma torno da diversidade. Os novos sujeitos sociais passam a lidar, e na verdade voltam a lidar com a natureza, uma natureza que é complexa, heterogênea no espaço e dinâmica no tempo, envolta em processos de transformação. Eles passam a criar sistemas naturais e agrários, tornando os assentamentos ricos em teias de interações sociais e destas com a natureza, em espaço no qual homens e mulheres estão no processo de reconstrução da biosfera, espaço de reconstrução ao mesmo tempo cultural, social e ecológica (LOPES e COSTA, 2002, p. 224).

As práticas e soluções criativas encontradas pelos assentados/as de Caxirimbu, relacionadas com tradições culturais herdadas, contêm elementos de valor, responsáveis pelo manejo dos ambientes naturais e assim, tendem a ampliar a diversidade para a ocupação do espaço físico dentro do sistema de produção. Revelam, assim, um cotidiano marcado pela preocupação com a manutenção da diversidade biológica, já que a população reconhece o quanto dela necessita, estabelecendo laços com o meio natural. Produzem mandioca, arroz, feijão e milho (estes, através de consórcio, o que significa o plantio numa só área ou linha de roça das sementes citadas) – em Caxirimbu é comum duas ou três famílias produzirem conjuntamente numa mesma área, em forma de parceria. Geralmente são parentes ou possuem uma relação de compadrio, configurando o que Lopes e Costa (2002) chamaram de pequenos clãs. (Ver Anexos, Quadro 3).

Seguindo a lógica camponesa referida por Lima (2007) com base em Moraes (2000), em cujo âmbito não há espaço inútil ou vazio, ao contrário do que sugerem análises baseadas na lógica capitalista, se utilizam diversas áreas no perímetro do Assentamento, seja nos Centros Produtivos, ou nas áreas mais próximas à Agrovila¹¹, pelo cultivo das roças, no sistema de “roça-de-toco” ou coivara, manejo agrícola tradicional comum tanto na região quanto em outras regiões brasileiras, conhecido em língua inglesa como *swidden* (WOLF, 1976 in MORAES, 2000) – no qual se procede ao corte e a derrubada da vegetação da área e em seguida à queima dos restos da vegetação em coivaras, para iniciar o novo plantio, procedimento repetido por dois ou três anos, em média, seguidamente na mesma área, momento em que observam que a terra fica “fraca”, ou seja, em que a produção diminui, requerendo a busca de outra área para plantio a fim de que a anterior descanse, para retomar a fertilidade.

Em Caxirimbu, este sistema de produção acontece durante ciclo anual marcado por duas estações climáticas, o “inverno”, estação chuvosa – que diante as alterações climáticas mundiais vem acontecendo cada vez mais tardiamente, entre os meses de janeiro a abril, com chuvas frequentes, e o “verão”, estação seca – com altas temperaturas, ocorrendo entre os meses de agosto a dezembro. No inverno, é momento de intensa atividade agrícola após o preparo da terra que consiste na atividade do plantio das sementes. O verão corresponde efetivamente ao início do calendário agrícola, cujas atividades se alternam com as não-agrícolas seja no assentamento ou fora deste¹². Os produtos colhidos na safra são armazenados e continuam a manter as famílias no

período de entressafra¹³. Quanto ao manejo das áreas cultivadas, pratica-se a rotatividade de lavouras, através de técnicas tradicionais que, por um lado, promovem expansão de áreas devastadas, e por outro, são garantia de reprodução familiar:

“Em um ano da mata a gente vai, bota aquela roça na mata, e aí você broca ela, derruba e bota fogo e faz aquele plantio. Ele dá bom... mas não é muito bonzão. Aí no outro ano ele tá melhor, aí você não vai lá. É no mesmo lugar, é porque é mato maduro tá descansado, aí do outro ano você não bota mais ali. É dois anos seguidos na mesma mata. Agora se for capoeirinha velha suja, você só bota um ano, por que a terra fica fraca. Ela não agüenta, não. É porque no primeiro o ano dá bom, mas no segundo só dá muito é mato, por que fica fraca. O legume morre. É como aqui, você pode derrubar ele e plantar de arroz, plantar de milho, plantar mandioca e dá bom, mas se você derrubar de novo e for fazer um outro plantio de legume, não presta mais. Dá aqueles fiapinhos velho, mas não presta mais. Não dá como antes não! (...) Por exemplo, se eu faço aqui nesse quadradinho [risca um quadrado no chão], dois anos faz aqui nessa mata, tá? Aí, no outro ano pode ser mais aqui assim [risca outro quadrado ao lado do anterior]. Essa outra, já tá fraca. Pra não estragar a terra, dá pra fazer até dois anos! Agora, quando tem muito mato assim, às vezes o caboclo não quer, não tá se importando, aí ele larga outra roça grande aqui mesmo e larga a outra roça que ainda tá boazinha. Quando você já tá com uns cinco a dez anos, aí que você volta pra aqui pra primeira novamente. Por que vira capoeiraçu¹⁴. Eu botei uma roça aqui tá com oito anos. Esse ano acabou tendo a roça no mesmo lugar e deu legume, deu bom feijão, deu bom milho, mas se tivesse botado no mesmo ano não prestava, porque essa terra aqui é plantada, e é porque ela já foi muito queimada de capim, e os tocos do capim nunca se acabou. Bem aqui no canto do Centro, tem um caso que não sai legume por causa dos tocos do capim” Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos. Assentado. Assentamento Caxirimbu, Caxias-MA.

No que tange ao uso das possibilidades naturais oferecidas na área do assentamento, dá-se ainda a extração do coco babaçu que, do ponto de vista ambiental, é realizada de forma adequada aos recursos naturais, já que ela própria não influencia na degradação das florestas de babaçuais, haja vista que consiste na simples coleta ou “apanha” do fruto após a queda natural. Certas quebradeiras aproveitam ainda a casca do babaçu para que seja queimada e transformada em carvão. O coco é utilizado para o autoconsumo ou ainda comercializado para outras famílias e para a zona urbana, sendo mais uma contribuição para a composição da renda, além de minimizar um possível gasto das famílias com gás de cozinha.

O coco aqui, eu como e vendo. Serve pra mim comer e pra vender e comprar as coisas pra botar dentro de casa. Ajuda bastante. Pelo menos eu não compro azeite. Não é só ajuda. Por que a renda que eu tenho é esse Bolsa Escola dos meus meninos. Fora a Bolsa Escola eu não tenho outra renda. A renda que eu tenho é o coco. Pra mim é um meio de vida. (...) Eu não compro carvão. Eu queimo a casca, faço o carvão. Quando a gente vai quebrar lá no Beija Fulô a gente faz a caeira e traz o carvão feito. E aqui eu quebro nem perco nenhuma casca. Faço o carvão, cozinho com o carvão, às vezes vendo uma lata pra comprar um quilo de açúcar (Maria Lameuza Pereira dos Santos, (Zulene) 30 anos, Assentamento Caxirimbu, em 29 de abril de 2006).

Observa-se que a maior parte das famílias usa o babaçu para a extração de azeite, substituindo os óleos comerciais no preparo da alimentação, sendo ainda comercializado já que é muito apreciado nos cardápios da região. Vale lembrar o uso do leite extraído a partir do coco moído¹⁵, também muito utilizado pela culinária da região de Caxias sendo que o azeite é ainda

usado pelas indústrias na fabricação de sabão¹⁶. Destaca-se que assentadas de Caxirimbu fabricam sabão em barra caseiro a partir do azeite extraído, com resultados satisfatórios na limpeza, higiene e na economia familiar.

Mas a oferta de babaçu se encontra diminuída para o grupo devido ao derrubamento de palmeiras, ainda à época da implantação da Fazenda Caxirimbu.

Lá no Centro ainda tem um pouquinho [de babaçu] mais do que aqui. Porque o trator derrubou as palmeiras daqui. Foi no tempo da Fazenda. E coco custa muito dar [produzir]. Quando ele nasce aqui, até quando ele começa a dar, nós já estamos ficando velhos. Então, tem que ser uma coisa que tem que ser nativa. Se você for plantar, não compensa. Quando ele é nativo, quando você chega [na área] ele já está. Mas se você cortar o palmeiral, bote anos para esses novos darem coco. Olhe, essa fazenda aqui, foi nos anos setenta para oitenta que foram derrubadas estas palmeiras. Agora que tem alguma palmeirinha querendo botar. Já com quase trinta anos (José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo) 66 anos, assentamento Caxirimbu, em 29 de abril de 2006)¹⁷.

A íntima relação do homem com o meio e sua dependência maior do mundo natural, como lembra Diegues (1996), faz com que “safra boa” ou “ruim”, ciclos da natureza, infestação de pragas, receitas tradicionais de remédios à base de plantas curativas, moléstias na população e o desaparecimento dessas mesmas pragas e moléstias sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos *habitats* em que vivem também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio físico.

Nesse sentido, percebem-se dentre assentados/as preocupação com questões que envolvem a natureza e o equilíbrio das condições de seu uso e, ainda, expressões de respeito e responsabilidade de ações no uso dos ecossistemas. Ante a veiculação de informações sobre problemas ambientais, reconhecem também as instituições que devem contribuir para minimizar estes problemas, reconhecimento registrado, inclusive, antes mesmo da conclamada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, evento que marcou o início da proliferação do discurso mundial sobre proteção à natureza. A chegada dos pernambucanos, nos anos de 1980, é tida como um momento de devastação ambiental na região, fincada na memória de assentados/as, mas que teria tido limite com a fiscalização do órgão competente:

Olhe, se o governo não entra, atalhando por aí com o ibama, [IBAMA], você acredita que já tinham acabado com o Maranhão? Por que os pernambucanos não tinham pena de nada, não! Olha, que lá naquela [Fazenda] Rio Largo, como aqui também, aqui era tudo do mesmo jeito. Eles derrubando aí com o correntão¹⁸ enorme, botava um trator aqui, outro ali e leva, acabando com tudo. Você via cutia correndo, macaco correndo. Aí o ibama, foi entrando aí [fiscais] diziam: ‘não, aqui vocês não entram, aqui vocês não mexem.’ Aí foi quando foi indo, foi indo, se aquietaram. O povo do ibama só vivia aqui, daqui pra Rio Largo. (...) Lá na Rio Largo, lá não acabaram de derrubar tudo porque o ibama bateu lá!

Pois é, fizeram uma derrubada lá, quando deram fê eles baixaram lá: não, rapaz, aqui tá demais! (Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

Aliás, a derrubada ou “desmatação” – como se referem ao desmatamento, que tem como efeitos locais dentre outros, a diminuição da biodiversidade – tem provocado danos constantes que afetam a produtividade agrícola, promovem o assoreamento dos corpos d’água, e comprometem o conforto térmico o qual vem diminuindo. A maioria dos/as assentados/as conhecia a área da Fazenda Caxirimbu por ter residido na circunvizinhança e compreendem e explicam que as alterações climáticas resultam dos impactos ambientais.

Olhe, um dia eu vinha, eu era vaqueiro do Marreira e ele tinha comprado um gado e o gado tinha saído, aí eu fui lá onde o gado foi criado, aí de lá eu entrei, saí de manhã, vim chegar aqui no meio dia por dentro da mata aí, uma matona fria, hoje tá tudo pelado que só! A gente se acaba de sol quente.” (Simeão F. de Alcântara, 69 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

O maior dano, no entanto, é especialmente sentido na produção agrícola, já que atinge diretamente a reprodução familiar.

Naquela época, você brocava uma roça na mata e devido a Floresta Amazonas [Amazônica] a mata atraía mais. O inverno era mais produtivo. Se você botasse uma roça de uma linha de arroz, ela produzia trinta, quarenta arrobas de arroz de trinta e cinco quilos. Hoje, devido às florestas estarem exploradas, você bota uma roça, quando ela dá quinze arrobas de arroz, você diz: rapaz, mais deu até boa? (Darminio Lima da Silva, 63 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

Problemas ambientais locais são associados a questões globais, como a questão amazônica, que atinge de forma mais direta o cotidiano, a produtividade da lavoura, sendo a diminuição da produção em Caxirimbu nas safras de 2004 e 2005, sentida como resultado da estiagem na região. Sobre a relação homem-natureza, Brandão (1999) lembra que camponeses sabem que lidam com espécies de forças e matérias vivas, tanto que a própria terra é vista como um campo benévolo de seres vivos e materiais revivificadores, algo que não apenas se dá ao homem e é apropriado por ele para os seus usos, mas que também reage, exigindo dele mais do que apenas o trabalho. A terra, assim, é dom de Deus e possui-la como um bem de troca vazio de uso amoroso é um erro apreendido e reproduzido pela sociedade e está relacionado à compreensão de que ela e suas variantes naturais sejam entidades disponíveis a uma variável tessitura de trocas, e diálogos, sem outro paralelo em todos os planos em que o homem se move por meio do trabalho.

A questão ambiental ela hoje, ela tá num tipo de coisa que a natureza está sendo muito explorada. Os invernos hoje, já é vinte e um de janeiro e tá aí o chão rachando, seco. E sabe por que que tá assim? Porque a nossa mata acabou. Vá no Pará que tá chovendo. Vá no Mato Grosso que tá caindo água. Vá no lugar que as pessoas dá valor a natureza que tá chovendo. Onde as pessoas dá valor à parte ambiental, tá chovendo. Porque não vão cortar os paus que é de ficar. Se tem uma firma que corta um pé de pau, no lugar daquele já planta outro. Que é pra não faltar na floresta. A floresta é que chama o inverno pra vir, pra chover na terra. E aí o lavrador, o povo do mundo hoje não respeita esse lado. Eles não tão nem lá,

eles querem saber se o problema que ele está sentindo, ele resolve do jeito que ele quer. E não é assim! Porque você resolve o seu e desmantela o do outro (Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, Assentamento Caxirimbu, em 21 de janeiro de 2007).

De fato, em Caxirimbu, o atraso das chuvas é fator apontado para a perda de parte da produção, influenciando inclusive na diminuição das opções de produtos por parte de algumas famílias. É também a chuva, segundo assentados/as que contribui com a fertilidade do solo

No ano passado eu plantei só arroz e milho. Eu ia plantar mandioca, mas não deu tempo, porque aí, atrapalhou um pouco... O inverno, também ficou assim negativo, né? Mas a gente plantou arroz e milho, só plantei arroz e milho, só. Plantei cinco linhas. O resultado não foi bom porque o inverno, foi um inverno assim fraco no início, né? A gente plantava, as plantações morriam, tinha lugar que era preciso plantar de novo. Aí ele [o legume] também não pôde formar assim tanto, como devia ser, por conta do inverno. Porque o que faz a formação do legume é o inverno, né? Se o inverno não der na época dele formar, ele fica agüentando por ali. Quando o inverno chega, aí ele já faz a última formação de botar o cacho, mas aí ele se torna um legume mais fraco. Porque começou o inverno totalmente mesmo no final de março. Atrasou. De vinte de março pra frente, abril, foi chuva muita, chuva mesmo de arregaçar. Só que já tinha passado o tempo. Nesse tempo pra trás era uma chuva de oito em oito dias, às vezes até mais, né? E assim, causou problema na formação do legume, né? (...). Nós tiramos uma faixa de uns seiscentos quilos de arroz. Se fosse bom ele poderia chegar mais de mil quilos. Ou dois mil quilos, podia até chegar até mais de dois. (Bernardino da S. L. N. Neponuceno, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

Entretanto, apesar de ação positiva marcada pela implementação do Assentamento, no sentido da diversidade de utilização da terra, contribuindo com o processo de reconstrução da biosfera, inclusive do ponto de vista sociocultural e ecológico, é notado a realização de ações que podem ser ditas como degradantes e predatórias. Porém, vê-se a importância de se compreender o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, reproduzem e acionam, pois é com base nelas que agem sobre o meio. Elas fazem parte do conhecimento empírico acumulado, quais sistemas tradicionais de manejo da natureza (DIEGUES, 1996). As queimadas, por exemplo, são ações predatórias que acontecem no Assentamento e a preocupação com os danos ambientais decorrentes acaba sobreposta pela tradicional forma de trato com a terra segundo a qual se necessita da queima para que esta se fortaleça

Aqui tá todo mundo preocupado, porque tem essa história de meio ambiente que o governo tem. Mas quem não tem recurso próprio para trabalhar mecanizado, tem que queimar! Porque aqui na nossa região, se a gente faz uma roça que você não queima, como é que você chama ela? Roça perdida! Não aproveita nada de lá. Você perdeu tudo o que você fez. Você brocou ela, derribou, já foi um trabalho. Um homem pra brocar uma tarefa de roça é dois dias de trabalho, se não queimar, perdeu o trabalho. (José Alves de Sousa, 66 anos, Assentamento Caxirimbu, em 29 de abril de 2006).

Entretanto, a utilização do fogo na atividade agrícola é prática condenada pelos/as próprios/as assentados/as se não realizada de acordo com as regras tradicionalmente estabelecidas que, segundo eles/as, podem minimizar os danos causados pela expansão da ígnea, como, por exemplo, a utilização da técnica do aceiro.

Eu broco aquela quadra ali, derrubo. Aí eu faço o aceiro aqui, dividindo o mato que não tá brocado, que é pro fogo não penetrar pro outro mato. Aí eu faço aquele aceiro com uma braça de largura, varro tudo bem varrido. Aí, eu caço uma hora que não seja muito quente e toco aquele fogo, pra ele não pular. Porque se pular queima tudo. O aceiro fica como um caminho. Depois ainda varro as folhas, empurro com uma forquilha, pra deixar o outro lado livre aqui. (José Alves de Sousa, 66 anos, Assentamento Caxirimbu, em 29 de abril de 2006).

Mas, em que pese a preocupação com o aceiro para minimizar os efeitos do fogo na mata, assentados/as denunciam que alguns companheiros/as não cumprem a regra.

O trato desse fogo é na consciência de cada um de nós, porque muita gente faz uma roça aqui de quatro linhas, mas muitos deles não faz competente. Ele manipula aí não repara que a roça tá seca. Olha um exemplo bem aqui, eu fiz uma rocinha mais o Francisco [filho do entrevistado]. Lá no fundo lá de casa. Pra cá era o J. [vizinho] aqui o outro acero, pra cá o Sr. E. [desenhando a figura de um retângulo no chão]. Eram duas linhas na época, esse pedacinho de roça. Aí nós fizemos um acero bem feito, o broque bem rebaixado, o acero bem feito, limpinho. Aí quando eu fui botar fogo mais o Francisco, só nós dois, nós chegamos lá cinco e meia [da tarde], já quase seis horas. Quando nós acabamos de ajeitar os fachos [de gravetos ou folhas secas], já estava misturando o dia com a noite. Aí ele disse: pai, não presta esse fogo essa hora não! Mas o tempo bem enxuto e o serviço bem feito, eu digo: meu filho, vamos rodear de fogo agora, essa hora mesmo! Ele disse: mas pai, já tá de noite. Eu digo: vamos, meu filho. Ele pegou um acero e eu outro, aí rodeamos o quadro. Olha, esse fogo subiu para cima (sic). Ficou assim um pavio direitinho. Não saiu uma brasa de fogo no mato. Fazendo essa hora, fica uma beleza! O fogo é controlado, não tem vento, não espalha, não tem perigo nenhum! (Darmínio Lima da Silva, 63 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

Outro ponto de tensão diz respeito à agricultura de vazante. Embora reconheçam a área de preservação permanente delimitada, na fase de constituição oficial do Assentamento, e a aceitem, o fazem com certa resistência às recomendações do serviço de assistência técnica da área sobre os seus limites de uso, a partir da legislação ambiental (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal) que estabelece como de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água¹⁹.

Alguns assentados mantinham agriculturas de vazante às margens do riacho Praquê, e ainda na faixa de terra que o separa do rio Itapecuru, onde cultivavam feijão e milho (Fig. 1). A equipe de ATES sugeriu que estas práticas fossem abandonadas, diante a disponibilidade de áreas para cultivo, porém, mesmo sabedores/as da ação danosa, há aqueles que nelas persistem, embora não se identificasse diretamente um/a ou outro/a que faça isso, pois, nomes não são citados o que aponta para certa cumplicidade. Ademais, a sugestão de não cultivar na faixa entre o rio Itapecuru e o riacho Praquê soou como uma afronta a alguns produtores que tinham esse hábito:

Proibiram de botar roça ali [na faixa] este ano. Do outro lado do riacho aqui. Dona menina, nós vamos ficar sem nada! Já criaram esse pedaço de terra acolá no fundo que era onde tinha umas terras boas da gente trabalhar. Agora tira esse horror de terra daqui pro rio? Eu tava dizendo: eu quero é ver com é que nós vamos ficar! (Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

Como se vê, a interação entre assentados/as e ambiente natural revela-se ambígua (FLEXOR e GAVIRIA, 2003), pois, por um lado, têm consciência das práticas danosas às áreas e, por outro, se apóiam em atitudes tradicionais e questionam as determinações das leis ambientais. Quanto ao uso de insumos químicos nas culturas, poucas famílias os utilizam, sendo corrente o uso de receitas caseiras para proteção da lavoura e eliminação de pragas. Dentre o desenvolvimento de alternativas a partir das próprias experiências está o consórcio de cultivos, minimizando a atuação de invasores (DIEGUES, 1996). As infestações que atingem a lavoura ou as criações de animais (galinhas, porcos, gado, cavalos e jumentos) recebem tratamentos que vão desde o uso de insumos químicos e/ou medicamentos veterinários a receitas caseiras que envolvem tradições e crenças. Segundos as narrativas, a infestação pelo pulgão (*hopalosphum rufiabdominal*) - outro fator citado como responsável pela diminuição da produção - é a mais comum nos arrozais de Caxirimbu, o que decorre do fato de que, apesar de conhecerem os métodos propostos por técnicos da área agrícola, alguns assentados/as sentem dificuldades em utilizá-los, já que muitas vezes não dispõem dos equipamentos necessários para fazê-lo de forma eficiente e ainda se vêem impedido/as pelos custos monetários requeridos. Além do que, isso diminuiria os possíveis lucros da produção a ser comercializada, já que oneram o valor da safra.

Aqui teve [roça de] gente que deu um inseto na plantação, um pulgão que dá no pé do arroz e ele fica mais fraco. Aqui, quando dá muito pulgão no arroz, eles usam veneno, né? (...) Mas, no caso, ninguém tinha esse remédio e nem recurso para comprar. Fazer o quê? Aí, as pessoas tiveram que ficar com o prejuízo. (...) Aí, tem que ter bomba para borrifar tem que ter o jeito de botar, né? A bomba de borrifar tem que ter água, tem um monte de coisa pra levar pra roça, para chegar lá, para aplicar o veneno. Ele vai com um jato, com aquele negócio que vai jogando nas plantas e eles vão matando os insetos. (Bernardino da S. L. N. Neponuceno, 62 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

A situação apresentada condiciona a perda de produção afetada por inseto somente à falta de insumos e condições técnicas não disponíveis. Supõe-se que o não-uso de agrotóxicos por esteja associado diretamente à dificuldade de acesso e não à consciência dos danos ambientais que possa causar. Por outro lado, restam as alternativas tradicionais: costumes, simpatias e rituais religiosos.

Contra o pulgão, a gente pega sete besourinhos [de pulgão] e espeta num espeto e enfia no cumieiro [cobertura] da casa, perto do fogareiro, onde sobe a fumaça e acende o fogo. Então, o calor da fumaça seca eles aqui na casa. Então, quando eles estão morrendo, os outros que estão lá [na plantação] vão se afastando. Acho que eles sentem o cheiro do outro queimando. Ou é a fé também, né? Pode ser também! Mas só pode fazer em dia de quinta ou sexta-feira. E não tem que falar com ninguém! Levantou de manhã, pega os bichinhos e coloca lá. Vão tudo embora [os insetos]. Os bichos sentem. Os bichos sabem das coisas muito mais do que nós!. Ou então a gente mande benzer a roça. Sai tudinho também (Maria de Lourdes Martins da Rocha. 34 anos, Assentamento Caxirimbu, em 7 de setembro de 2006).

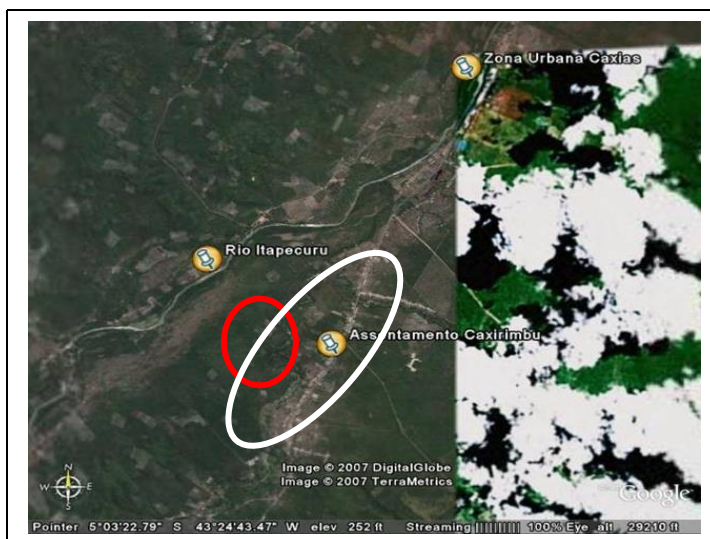


Fig 1 – O círculo maior representa a área de Preservação Permanente e o menor a área usada para agricultura de vazante. Fonte: Lima (2007).

Com efeito, o entorno do ambiente é vivido e representado por diferentes alternativas de apropriação, transformação e utilidade, na socialização motivada do mundo natural. Mas também tudo isto passa por um sutil tecido de sentimentos e sensibilidades a que até mesmo as regras dos ganhos econômicos em boa parte se vê subordinada, tanto que, em geral, ao tratarem da lavoura, não dão razão especificamente à parte econômica, subsistente e usual. Tal “afeto da terra” (BRANDÃO, 1999) segue um código de atributos naturais avaliadas pelo seu poder de produção.

Eu tô muito satisfeito aqui. E meu sonho é fazer meu plantio até no riacho. Quero que meus amigos chegue aqui e coma de toda fruta, toda verdura e eu dizendo assim: rapaz, fui eu que plantei! Pode comer até a hora que quiser, se quiser levar, pode levar. Esse é um plano meu e vai dar certo! (Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, Assentamento Caxirimbú, em 21 de janeiro de 2007).

No que tange aos afluentes ou mananciais de Caxirimbú, estes têm fundamental importância em seu cotidiano, bem como os poços artesanais. É que, apesar da disponibilidade da rede de distribuição de água encanada proveniente da fonte artesiana, muitos assentados ainda se abastecem de poços localizados nos terreiros, e também dos riachos Preto e Praquê, como referido em Lima (2007). Os riachos, além de utilizados em momentos de lazer em época de cheias, servem para afazeres domésticos, como lavagem de roupas, louças, para banho e bebida de animais (gado, cavalos, jumentos, burros e outros).

Acontece que os resíduos dos produtos de limpeza utilizados (sabão, sabonete e xampus), são lançados diretamente na água, causando efeitos danosos ao riacho, ainda mais prejudicado pelos utensílios acumulados às suas margens, como, por exemplo, o descarte de embalagens plásticas e sacolas, dentre outros. Os/as próprios/as assentados/as relatam que, durante o período de escassez de chuvas, o afluente reduz ao mínimo a vazão e os efeitos disso

são sentidos principalmente pelos animais: ficam quase sem água para beber. Em época de cheia dos Riachos Preto e Praquê, entre os meses de janeiro a abril, e nos finais de semana, realizam piquiniques nas suas margens, o que atrai até populações de fora, sendo que a pescaria reúne também os mais velhos. São opções locais de lazer proporcionadas pela natureza ressaltando mais uma vez a atual forma de diversidade de utilização da área, desta vez do ponto de vista sociocultural. Ressalte-se, porém, o visível assoreamento dos dois riachos, cuja principal causa deve ser a cultura de vazante que provoca a diminuição das matas ciliares.

Por seu turno, no que respeita às espécies da fauna silvestre, é referida considerável diminuição da diversidade animal no Assentamento e na área do entorno, como decorrência da caça, que de acordo com assentados/as, acontece somente a espécies comuns de pássaros, como pardal e sabiá, como uma oportunidade para “reunião de amigos”. Contudo, observou-se a captura de outras espécies, como paca e tatu, que, do ponto de vista cultural, são apreciadas como alimento.

Sob o ponto de vista da conservação da diversidade e existência das espécies, tais práticas fazem pensar que a sua fica comprometida, haja vista que, para garanti-la necessário se torna um número mínimo de indivíduos (KAGEYAMA, apud BEDUSCHI FILHO, 2003), o que, no caso de Caxirimbu, acontece, segundo assentados/as, em relação a espécies como onça e macacos. Este fato se reflete não somente na ação da população do Assentamento, mas também se estende aos moradores do entorno e mesmo da zona urbana, que se utilizam da área de Caxirimbu e circunvizinhança para praticar a caça como o lazer. Nesse sentido, para Beduschi Filho (2003), uma das formas de garantir a integridade dessas áreas seria protegê-las dos impactos externos advindos da ação humana, como as queimadas, a caça e a extração de madeira, e sugere, para esses casos, a implantação de zonas de amortecimento e corredores ecológicos²⁰. Entretanto, argumenta Beduschi Filho (2003) que o conjunto de regras de um comportamento diferente do habitual, que enxerga a natureza um espaço de utilização individual livre, supõe um ambiente institucional em que orientações, normas e valores balizem as ações dos grupos e suas inter-relações.

Com efeito, parece haver cada vez mais um esforço das instituições oficiais para a incorporação da questão ambiental nos assentamentos, procurando aliar especialmente a dimensão socioeconômica a aspectos de conservação da natureza. Em Caxirimbu, a equipe de

ATES, quando da elaboração dos projetos do Pronaf, associou a execução das culturas de bovino, ovino, suíno e aves ao cultivo de mandioca através do sistema de aléias. A experiência se originou no Projeto Sistema de Uso Sustentável dos Solos do Trópico Úmido da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que utilizou princípios da agroecologia como alternativa de melhoria dos solos atingidos por queimadas.

A principal vantagem dessa experiência é a integração do sistema agroflorestal ao plantio direto na agricultura ou na formação de pastagens, pelo emprego de leguminosas arbóreas ou arbustivas, estabelecidas em faixas intercalares. O teste de aplicabilidade deu-se num assentamento rural de Miranda do Norte – MA. A prática se está incorporando em Caxirimbu, através dos técnicos da ATES, que propõem o cultivo da mandioca, sobretudo, para alimentação de animais. Mas segundo técnicos alguns/as assentados/as seguem as sugestões do plantio entre faixas com certa resistência, já que “não compreendem [sic!] especificamente os objetivos da proposta, embora se acredite que serão alcançados com a continuidade do processo”.

IV-Considerações Finais

De fato, a paisagem da região dos Cocais, especificamente a área em que se insere Caxirimbu, tem passado por uma dinâmica de utilização promovida pela população que se instalou na área que anteriormente era disponibilizada para a monocultura pecuária, multiplicando as condições de apropriação das possibilidades naturais disponíveis. Inclusive resgatando atividades já realizadas por grupos instalados em época anterior à Fazenda Caxirimbu. Percebe-se ainda o interesse de algumas famílias em utilizar as possibilidades naturais de forma mais equilibrada, haja vista a percepção das modificações ambientais relativas à diminuição da diversidade da fauna e flora e do empobrecimento do solo. No entanto, observam-se práticas danosas como queimadas, exposição do lixo, dispersão de resíduos detergentes, embalagens nos riachos, e agricultura de vazante, em desacordo com uma conduta ambientalmente desejável. Por outro lado, revelam-se em Caxirimbu elementos de uma consciência ecológica em processo, como a preocupação com a geração futura, sendo muitas das práticas danosas defendidas em razão de valores associados à herança cultural e a tradições da população:

É! Aqui tem um bocado que tentam conservar a mata para servir mais pra adiante (...) A gente tem que conservar isso aqui, porque isso aqui é nosso (Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, Assentamento Caxirimbu, em 05 de outubro de 2006).

Sem dúvida, a preocupação com a natureza aparece como identificação das famílias com o lugar, por ser ele que garante parte da manutenção e reprodução familiar e pela apropriação das

possibilidades naturais oferecidas, o que também é responsável pela construção de uma rede de relações sociais geradas, sobretudo, no trabalho com a terra. Mas percebe-se que os/as camponeses/as de Caxirimbu realizam uma ética fundada na reciprocidade e como disse Brandão (1999), numa relação de saberes afetivos com o ambiente natural mas, como lembra Moraes (2000) como sujeitos históricos concretos, não permanecem à margem da história. De fato, têm uma posição complexa e apropriada a uma situação objetivamente complexa, como é a relação de sobrevivência e reprodução social no âmbito da modernidade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, P. (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1994, p. 94-104.
- ALMEIDA, A.W.B. MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**: Pesquisa Antropológica, maio/junho, nº 9-10. UnB: Brasília, 1976.
- ANDRADE, M. de P. Mudanças de eucalipto no cemitério dos anjinhos. Conflitos entre posseiros e empresas do grupo industrial João Santos no leste maranhense. In: **Carajás: Desenvolvimento ou destruição?** ANDRADE, M. de P. CARNEIRO, S. M., SOUSA, M.M.F. et al. Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT, 1995.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza**: do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: FAPESP, 2003.
- BRASIL. IBGE. **Zoneamento Geoambiental do Estado do Maranhão**: diretrizes gerais para a ordenação territorial. Maranhão. 1997.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- CABRAL, M.S.C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.
- COUTINHO, M. **Caxias das Aldeias Altas**: subsídios para sua história. 2ª ed. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2005.
- CPT. Cópia de dossiê. **Corrupção, grilagem, conflito e convivência do INCRA - Meio Norte**. Maranhão, Caxias: CPT, 1987.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FLEXOR, G., GAVIRIA, M. A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.(org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.
- FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GODOI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999.
- GRAZIANO, X. **Breve história da reforma agrária**: distributivismo e inclusão no campo. In: **Revolução no campo**. Cadernos Adenauer V, nº 3, dez. RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- LIMA, L. B. *É desse lugar aqui que a gente vive*: sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental do Assentamento Caxirimbu. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. PRODEMA/TROPEN/UFPI. 2007.

LOPES, D. L. e COSTA, S. A. Agrobiodiversidade e sustentabilidade em assentamento de reforma agrária. In: WHITAKER, D. C.A. **Sociologia Rural**: Questões Metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

MORAES, M. D. C de. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Campinas: UNICAMP, 2000, 475 pp.

PÁDUA, J. A. A formação da agricultura brasileira: uma herança predatória. In. CAMARGO, A. CAPOBIANCO, J. P. R, OLIVEIRA, J. A. P. de (orgs.). **Meio Ambiente Brasil**: Avanços e obstáculos pós-Rio 92. Instituto Sociambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ANEXOS

Quadro 1 – Número de famílias contempladas com o Pronaf em Caxirimbu

Identificação	Tipo de projeto	Quant. de famílias contempladas	Custo do projeto por família (R\$)	Quantidade média do rebanho
Associação I dos Agricultores	Bovinocultura de corte	26	17.621,79	231
Famíliares do Povoado Caxirimbu	Suinocultura	05	10.812,45	25
	Caprinocultura	07	17.675,05	252
	Sub-total	38	46.109,29	508
Associação II dos Agricultores	Bovinocultura de corte	22	17.446,79	264
Famíliares do Povoado Caxirimbu	Suinocultura	08	9.477,88	40
	Caprinocultura	01	13.751,85	37
	Avicultura Caipira	01	14.582,36	40
	Sub-total	32	55.258,88	381
Associação III dos Agricultores	Bovinocultura de corte	17	16.468,77	204
Famíliares do Povoado Caxirimbu	Suinocultura	04	9.477,88	20
	Caprinocultura	07	12.725,13	252
	Sub-total	28	28.678,78	476
TOTAL GERAL		98	140.039,95	

Fonte: Dados disponibilizados pela ATES – Caxias, 2007.

Quadro 2: Quantidade de animais adquiridos através do Pronaf.

Associações	Gado	Galinhas	Suínos	Caprinos
Associação I	231	-	25	252
Associação II	264	40	40	37
Associação III	204	-	20	252
Total	699	40	85	541

Fonte: Dados disponibilizados pela ATES – Caxias, 2007.

Quadro 3: Levantamento das safras.

Safr 2004/2005 (kg)		
Produto	Plantou	Colheu
Arroz	219,6	50.240

Fonte: Lima, 2007.

* Os valores em relação ao plantio da mandioca, estão estimados aqui através da quantidade de linhas de roça plantadas.

Feijão	173	2.126
Milho	292	21.415
Mandioca*	68	40.800
Outros		
Safr 2005/2006 (kg)		
Produto	Plantou	Colheu
Arroz	1187	34640
Feijão	130	1620
Mandioca*	43	25.800
Outros	0	0

“VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”, Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007. 231

Notas:

¹ A fertilidade do solo permite às Aldeias Altas tornar-se o grande produtor de algodão da Capitania.

² Para detalhes, ver LIMA (2007).

³ Dados os limites do artigo, utiliza-se este recorte temporal perpassando-se do século XVIII para o final do século XIX, entretanto, para compreensão dos momentos decorridos neste intervalo, ver LIMA (2007).

⁴ Para o INCRA são imóveis rurais com área entre 1 a 600 módulos fiscais que seja mantido inexplorado com fins especulativos, no sentido de ser incluso no conceito de empresa rural (ANDRADE, 1995).

⁵ Índices que, com base em Veiga et al. (2001) e Veiga (2003) merecem revisão, considerando-se os critérios de definição do rural e do urbano no Brasil.

⁶ Pernambucanos é um termo que se tornou genérico, atribuído aos agroempresários que se instalavam na região, sendo que alguns não eram, necessariamente, naturais do estado de Pernambuco, mas também de Alagoas e da Bahia. Fenômeno semelhante ocorrido com a denominação “gaúchos” no sudoeste do Piauí, no sul do Maranhão e no oeste baiano (MORAES, 2000).

⁷ Povoado próximo a Peritoró – MA, que por ter grande fluxo de caminhões de cargas, é abastecido com forte sistema de policiamento militar.

⁸ A zona rural de Caxias encontra-se mapeada em três distritos: 1º, 2º, e 3º distritos.

⁹ A exemplo do Bairro Volta Redonda, em Caxias, formado especialmente por famílias que sofreram o processo de expulsão de áreas que passaram pelo processo de grilagem.

¹⁰ Para detalhes, ver Lima (2007).

¹¹ Centros produtivos e Agrovilas são espaços referenciais do Assentamento. Para detalhes, ver Lima (2007).

¹² Ver Calendário de atividades agrícolas e não-agrícolas (LIMA, 2007)

¹³ Sobre composição da renda, ver Anexos, Quadros 3 e 5.

¹⁴ Termo originário de capoeira, por sua vez, um termo tupi-guarani que dentre tantos significados, quer dizer mato que cresce em cima da vegetação que foi cortada. Para detalhes, ver Lima (2007).

¹⁵ Sobre a composição química do leite que pode ser extraído do coco babaçu, e cuja composição se aproxima do leite humano ver referência em Lima (2007).

¹⁶ Em Caxias, a maior compradora de amêndoa de babaçu da região a Assunção Indústria e Comércio S/A que produz sabão e óleo bruto de babaçu, este último usado na fabricação de creme dental. Tem como cliente, empresas multinacionais como a *Gessy Lever*.

¹⁷ As camponesas do Assentamento não são filiadas ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. Talvez não se motivem suficientemente a ponto de se organizarem para melhor usufruírem das possibilidades de comercialização do babaçu. Sobre o MIQCB, ver Almeida (1995).

¹⁸ Forma de derrubada de árvores em média escala, realizada com uma grande e resistente corrente de aço, presa, na extremidade, a dois tratores emparelhados, com que se deslocam e arrancam árvores e animais.

¹⁹ Conforme Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal. Para detalhes, ver Lima (2007).

²⁰ Sobre a Lei nº 9.985/2002 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e define como zonas de amortecimento o entorno de uma unidade de conservação, ver Lima (2007).